



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Administrativa**

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém o tema da prova discursiva-redação e o espaço para rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a prova discursiva na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Março/2007

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo.

**Ensino que ensine**

*Jogar com as ambigüidades, cultivar o improviso, juntar o que se pretende irreconciliável e dividir o que se supõe unitário, usar falta de método como método, tratar enigmas como soluções e o inesperado como caminho – são traços da cultura do povo brasileiro. Estratégias de sobrevivência? Por que não também manancial de grandes feitos, tanto na prática como no pensamento? A orientação de nosso ensino costuma ser o oposto dessa fecundidade indisciplinada: dogmas confundidos com idéias, informações sobrepostas a capacitações, insistência em métodos “corretos” e em respostas “certas”, ditadura da falta de imaginação. Nega-se voz aos talentos, difusos e frustrados, da nação. Essa contradição nunca foi tema do nosso debate nacional.*

*Entre nós, educação é assunto para economistas e engenheiros, não para educadores, como se o alvo fosse construir escolas, não construir pessoas. Preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro. Nada tem a ver com falta de rigor ou com modismo pedagógico. E exige professorado formado, equipado e remunerado para cumprir essa tarefa libertadora.*

*Em matemática, por exemplo, em vez de enfoque nas soluções únicas, atenção para as formulações alternativas, as soluções múltiplas ou inexistentes e a descoberta de problemas, tão importante quanto o encontro de soluções. Em leitura e escrita, análise de textos com a preocupação de aprofundar, não de suprimir possibilidades de interpretação; defesa, crítica e revisão de idéias; obrigação de escrever todos os dias, formulando e reformulando sem fim. Em ciência, o despertar para a dialética entre explicações e experimentos e para os mistérios da relação entre os nexos de causa e efeito e sua representação matemática. Em história, e em todas as disciplinas, as transformações analisadas de pontos de vista contrastantes.*

*Isso é educação. O resto é perda de tempo. (...) Quem lutar para que a educação no Brasil se eduque?*

(Roberto Mangabeira Unger, **Folha de S. Paulo**, 09/01/2007)

1. Segundo se depreende do texto, os traços da cultura do povo brasileiro, enumerados no primeiro parágrafo,
- (A) são simples estratégias de sobrevivência, que não podem constituir uma inspiração para o nosso projeto educacional.
  - (B) poderiam ser estratégias de sobrevivência, se inspiradas nos valores que regem, ainda que precariamente, a nossa educação.
  - (C) constituem uma fecundidade indisciplinada, que seria necessário corrigir para inspirar e aprimorar nosso sistema de ensino.
  - (D) opõem-se, em sua positiva fecundidade indisciplinada, às falhas e aos equívocos estruturais do nosso ensino.
  - (E) constituem um manancial de grandes feitos, equiparáveis aos dogmas e às idéias que balizam nosso ensino formal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. A revolução na orientação do ensino brasileiro, preconizada pelo autor do texto, é de fato radical porque vai de encontro aos valores culturais que se atribuem ao povo brasileiro.
  - II. O autor lamenta que a ditadura da falta de imaginação, numa cultura tão criativa como a nossa, jamais tenha sido objeto de um debate nacional.
  - III. Com a expressão assunto para economistas e engenheiros, o autor deixa ver que, em sua opinião, a educação brasileira se restringiu aos limites de uma concepção técnica, material e pragmática de ensino.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. No terceiro parágrafo, ao sugerir novos encaminhamentos para o ensino da matemática, da leitura e da escrita, da ciência e da história, o autor mostra que está valorizando
- (A) um maior rigor no desenvolvimento metodológico das disciplinas.
  - (B) o aprofundamento dos valores de que nossa pedagogia já está imbuída.
  - (C) uma revolução metodológica que incremente a carga de informações.
  - (D) a harmonização entre caminhos alternativos e os das práticas atuais.
  - (E) a sobreposição do plano dinâmico dos contrastes ao das verdades estáticas.

4. No segundo parágrafo, está implícita a idéia de que
- (A) há quem associe revolução educacional a afrouxamento da avaliação ou a apego a novidades passageiras.
  - (B) existe um vínculo suficiente e necessário entre a expansão física da rede escolar e a qualidade de ensino.
  - (C) o modismo pedagógico em curso implica um rigor metodológico descabido.
  - (D) a expansão da rede física escolar provoca a necessidade de um professorado mais competente.
  - (E) há quem julgue que a tarefa libertadora da educação é assunto para pedagogos atualizados e pragmáticos.

5. Na construção do texto, o autor valeu-se de
- (A) relações de oposição, como a que ocorre entre soluções únicas e suprimir possibilidades.
  - (B) relações de causa e efeito, como a que ocorre entre assunto para economistas e engenheiros e construir pessoas.
  - (C) relações de equivalência de sentido, como a que ocorre entre descoberta de problemas e enfoque nas soluções únicas.
  - (D) relações de oposição, como a que ocorre entre tratar enigmas como soluções e métodos “corretos”.
  - (E) relações de causa e efeito, como a que ocorre entre dogmas confundidos com idéias e formulações alternativas.

<p>6. A concordância verbal está plenamente respeitada na frase:</p> <p>(A) O enfoque nas soluções únicas dos problemas que enfrentamos empobrecem, quase sempre, a qualidade mesma do raciocínio.</p> <p>(B) São as possibilidades de enfoques alternativos o que importam nas operações que levam a soluções múltiplas.</p> <p>(C) Tanto na leitura como na escrita, levem-se em conta as variáveis de interpretação, que aprofundam o sentido do texto.</p> <p>(D) Construir prédios escolares não implicam mais do que acréscimos de espaço material para as atividades de ensino.</p> <p>(E) Admitir as imprecisões e as ambigüidades de forma alguma constituem, para o autor, qualquer entrave para os caminhos de raciocínio.</p>	<p>10. Está inteiramente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Nossa educação teria muito a ganhar caso sejam levados em conta os fundamentos que o autor preconizara em seu texto.</p> <p>(B) Nossa educação terá muito a ganhar caso fossem levados em conta os fundamentos que o autor preconiza em seu texto.</p> <p>(C) Fosse levados em conta os fundamentos que o autor preconiza em seu texto, nossa educação teria muito a ganhar.</p> <p>(D) Se forem levados em conta os fundamentos que o autor preconizou em seu texto, nossa educação teria tido muito a ganhar.</p> <p>(E) Quando forem levados em conta os fundamentos que o autor preconizara em seu texto, nossa educação tinha muito a ganhar.</p>
<p>7. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:</p> <p>(A) A orientação do nosso ensino deveria contemplar nossa fecundidade indisciplinada.</p> <p>(B) Uma revolução na orientação do ensino brasileiro depende de uma combinação de múltiplas iniciativas.</p> <p>(C) A leitura responsável de um texto sempre considerará a possibilidade de seus múltiplos sentidos.</p> <p>(D) A maioria dos professores considera tão somente uma solução única para cada problema.</p> <p>(E) O método dialético estimula, acima de qualquer certeza dogmática, a valorização das contradições.</p>	<p>11. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O autor não esconde sua admiração com os valores da nossa cultura, aos quais ele considera tão estimulantes no sentido de revolucionar nosso ensino.</p> <p>(B) O autor considera alguns traços da cultura do povo brasileiro altamente estimulantes a uma verdadeira – e mesmo indispensável – revolução no nosso sistema de ensino.</p> <p>(C) Não seria preciso negligenciarmos quanto aos nossos valores culturais para se obter bons resultados numa revolução do nosso ensino, conforme o preconiza o autor.</p> <p>(D) Já devem ter ocorrido a muitas pessoas que as reformas são necessárias em nossa educação, mas poucas dão sugestões ou se atrevem a propor uma autêntica revolução.</p> <p>(E) O autor se mostra intransigente ao ser necessária uma revolução em nosso sistema de ensino, haja visto que chega a considerá-lo atualmente uma perda de tempo.</p>
<p>8. <i>Em matemática, por exemplo, em vez de <u>enfoque</u> nas soluções únicas, <u>atenção</u> para as formulações alternativas (...).</i></p> <p>Quanto à forma, a frase acima não precisará sofrer qualquer alteração caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) ênfase e apego.</p> <p>(B) preocupação e insistência.</p> <p>(C) ênfase e focalização.</p> <p>(D) obsessão e cuidado.</p> <p>(E) insistência e disposição.</p>	
<p>9. Nosso sistema de ensino tem falhas estruturais; para revolucionar nosso sistema de ensino, seria preciso <u>despir</u> <u>nosso sistema de ensino</u> dos dogmas que <u>norteiam</u> <u>nosso sistema de ensino</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) revolucioná-lo – despi-lo – o norteiam</p> <p>(B) o revolucionar – despi-lo – lhe norteiam</p> <p>(C) revolucionar-lhe – despir-lhe – o norteiam</p> <p>(D) revolucioná-lo – despir-lhe – norteiam-no</p> <p>(E) o revolucionar – despir-lhe – o norteiam</p>	<p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) ..... (<b>estar</b>) nos traços da cultura brasileira, que são também estratégias de sobrevivência, uma forte inspiração para um ensino que ensine.</p> <p>(B) São muitas as pessoas a quem ..... (<b>poder</b>) vencer uma proposta ampla, honesta e revolucionária para o nosso ensino.</p> <p>(C) O despertar para a dialética e para as relações contrastantes ..... (<b>abrir</b>) um caminho mais conseqüente para a reflexão e para a prática.</p> <p>(D) Para uma revolução no ensino, como a aqui preconizada, ..... (<b>haver</b>) de concorrer os segmentos mais vivos da sociedade brasileira.</p> <p>(E) Não ..... (<b>dever</b>) constar, entre as possibilidades de interpretação de um texto, qualquer tipo de resposta estereotipada.</p>

<p>13. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Haverá ainda, quem julgue satisfatório o nível do ensino na maioria de nossas escolas?</p> <p>II. Por mais que se esforcem, muitos de nossos alunos, não conseguem motivar-se diante de soluções previsíveis.</p> <p>III. Não cabe apenas aos supostos especialistas, mas a todos nós, a tarefa de imaginar um ensino muito mais consistente.</p> <p>A pontuação está plenamente adequada em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>	<p>16. Os dispositivos de armazenamento considerados não-voláteis são apenas</p> <p>(A) RAM e ROM.</p> <p>(B) RAM e Cache.</p> <p>(C) RAM e HD.</p> <p>(D) ROM e HD.</p> <p>(E) ROM e Cache.</p>
<p>14. Quanto à acentuação, grafia das palavras e ocorrência do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Uma revolução no ensino não se faz de modo fortuíto, mas voltada à uma transformação real e motivada das formas de pensamento.</p> <p>(B) Educação não é simples tarefa para filântropos, mas um empreendimento cultural que cabe à sociedade elevar à níveis de excelência.</p> <p>(C) Uma reforma não é o mesmo que uma revolução do ensino: falta àquela o teor de radicalismo necessário e conseqüente que é inerente a esta.</p> <p>(D) O autor recorreu a varias formas verbais no infinitivo para enfatizar o valor de cada ação que julga imprecindível à uma revolução no ensino.</p> <p>(E) Não será à partir de tímidas reformas que se provirá a educação dos meios para, de fato, construir pessoas e desenvolver idéias.</p>	<p>17. O Gerenciador de dispositivos do Windows tem, dentre as suas funções, a atribuição de</p> <p>(A) remover programas aplicativos do computador.</p> <p>(B) atualizar o software de dispositivos de hardware.</p> <p>(C) alterar a BIOS do computador.</p> <p>(D) carregar o sistema operacional no dispositivo de memória.</p> <p>(E) configurar o dispositivo de hardware para carregar o sistema operacional.</p>
<p>15. <i>Preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro. Nada tem a ver com falta de rigor ou com modismo pedagógico.</i></p> <p>Reescrevendo o trecho acima num período único e começando-o por <i>Nada tem a ver com falta de rigor ou com modismo pedagógico</i>, uma complementação correta e coerente será</p> <p>(A) o que preconizo como revolução na orientação do ensino brasileiro.</p> <p>(B) porque preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro.</p> <p>(C) uma vez que é revolução que preconizo na orientação do ensino brasileiro.</p> <p>(D) sendo que preconizo na orientação do ensino brasileiro uma revolução.</p> <p>(E) tanto que preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro.</p>	<p>18. Cabeçalho e rodapé, que aparecem respectivamente na parte superior e inferior de cada página de um documento Word, podem ser adicionados selecionando-se a opção correspondente no menu</p> <p>(A) Formatar.</p> <p>(B) Inserir.</p> <p>(C) Exibir.</p> <p>(D) Arquivo.</p> <p>(E) Editar.</p> <p>19. No Excel, se o conteúdo =B1+C1 da célula A1 for recortado e colado na célula A5, esta última normalmente deverá ficar com o conteúdo</p> <p>(A) =B5+C5</p> <p>(B) =B1+B5</p> <p>(C) =C1+C5</p> <p>(D) =B1+C5</p> <p>(E) =B1+C1</p> <p>20. Uma DMZ – Zona Desmilitarizada – é um segmento de rede parcialmente protegido que para possibilitar maior segurança na Internet deve estar associada ao mecanismo de proteção</p> <p>(A) Plano de contingência.</p> <p>(B) Proxy.</p> <p>(C) Criptografia.</p> <p>(D) Firewall.</p> <p>(E) Sistema de detecção de intrusão.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Considere os dados abaixo relativos à execução de um determinado projeto gerenciado pela rede PERT.

Tarefa	Descrição	Precedente Imediato	Tempo Requerido (dias)
A	Início do projeto	-	0
B	Formação da equipe de trabalho	A	4
C	Levantamento das rotinas	B	20
D	Levantamento da estrutura	B	5
E	Diagnóstico	C, D	10
F	Treinamento de sensibilização	A	2
G	Redesenho dos processos	E	15
H	Identificação de fornecedores	G	5
I	Desenvolvimento de soluções	G	20
J	Aquisições	H	10
K	Treinamentos específicos	G, F	5
L	Implantação	I, J, K	0

A alternativa que apresenta todas as tarefas posicionadas no caminho crítico, assim como o tempo total previsto a ser demandado pelo projeto é:

- (A) B, C, E, G, H e J somente, e 64 dias.
- (B) B, C, E, G e I somente, e 69 dias.
- (C) B, C, E, G e I somente, e 96 dias.
- (D) B, C, E, G, H e J somente, e 96 dias.
- (E) D, F, K, H e J somente, e 96 dias.

22. Considere as afirmativas abaixo.

- I. É o conjunto de condições necessárias ao exercício do poder.
- II. É a capacidade do governo de implementar as decisões tomadas.
- III. Compreende a forma de governo, relações entre os poderes, sistema partidário e equilíbrio entre as forças políticas de oposição e situação.
- IV. Diz respeito à capacidade de decidir.
- V. Envolve arranjos institucionais pelos quais a autoridade é exercida de modo a viabilizar as condições financeiras e administrativas indispensáveis à execução das decisões que o governo toma.

Correspondem ao conceito de governança APENAS:

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e V.
- (E) IV e V.

23. O modelo NPM (*New Public Management*) pode ser sintetizado em três visões de administração pública decorrentes, que são: I – Gerencialismo Puro, II – Consumerismo e III – *Public Service Oriented*, que correspondem, respectivamente, a:

- (A) I – Foco na economia e na eficiência (fazer mais com menos), olhando o cidadão como contribuinte, II – Foco na flexibilidade da gestão, eficácia e qualidade (fazer melhor), considerando o cidadão como cliente, III – Foco na equidade e prestação de contas (fazer o que deve ser feito), considerando a coletividade de cidadãos com seus direitos e deveres.
- (B) I – Foco na economia e na eficiência (fazer melhor), olhando o cidadão como contribuinte, II – Foco na flexibilidade da gestão, eficácia e qualidade (fazer mais com menos), considerando o cidadão como cliente, III – Foco na equidade e prestação de contas (fazer o que deve ser feito), considerando a coletividade de cidadãos com seus direitos e deveres.
- (C) I – Foco na flexibilidade da gestão, eficácia e qualidade (fazer melhor), considerando o cidadão como cliente, II – Foco na economia e na eficiência (fazer mais com menos), olhando o cidadão como contribuinte, III – Foco na equidade e prestação de contas (fazer o que deve ser feito), considerando a coletividade de cidadãos com seus direitos e deveres.
- (D) I – Foco na economia e na eficiência (fazer mais com menos), olhando o cidadão como contribuinte, II – Foco na equidade e prestação de contas (fazer o que deve ser feito), considerando a coletividade de cidadãos com seus direitos e deveres, III – Foco na flexibilidade da gestão, eficácia e qualidade (fazer melhor), considerando o cidadão como cliente.
- (E) I – Foco na equidade e prestação de contas (fazer o que deve ser feito), considerando a coletividade de cidadãos com seus direitos e deveres. II – Foco na flexibilidade da gestão, eficácia e qualidade (fazer melhor), considerando o cidadão como cliente. III – Foco na economia e na eficiência (fazer mais com menos), olhando o cidadão como contribuinte.

24. Considere a tabela abaixo e correlacione a metodologia de mudanças com as suas corretas características.

Metodologia	Características
A – Reengenharia	I – Aperfeiçoamento contínuo dos processos.
B – Qualidade Total	II – Custo menor de implantação.
	III – Herdeira da Administração Científica.
	IV – Mudança Radical dos processos.
	V – Uso de metodologia Kaizen.
	VI – Implementação Top-down.

- (A) A = III, IV e VI, apenas e B = I, II e V, apenas.
- (B) A = II, III, IV e VI, apenas e B = I, III e V, apenas.
- (C) A = III, IV e VI, apenas e B = I, II, III e V, apenas.
- (D) A = IV e VI, apenas e B = I, II, III e V, apenas.
- (E) A = III e IV, apenas e B = I, II, III, V e VI, apenas.

25. Baseando-se na natureza em cada um lidar com impulsos e emoções, segundo Richard W. Wallen, são três os tipos de personalidade de líderes executivos: o Batalhador, o Auxiliador e o Crítico.

Considerando a tabela abaixo, indique a alternativa que correlaciona as características citadas com as corretas atitudes afetas aos três tipos de lideranças:

Características	Batalhador	Auxiliador	Crítico
Julga os outros por:	I	II	III
Influencia os outros pela:	IV	V	VI
Receia:	VII	VIII	IX
Necessita de:	X	XI	XII

- (A) I – Intimidação; II – Afetividade; III – Controle de recompensas; IV – Intimidação; V – Compreensão; VI – Argumentação; VII – Dependência; VIII – Rejeição; IX – Emoções; X – Afeto; XI – Firmeza; XII – Conscientização de sentimentos.
- (B) I – Poder; II – Afetividade; III – Aptidão Cognitiva; IV – Intimidação; V – Compreensão; VI – Argumentação; VII – Dependência; VIII – Rejeição; IX – Emoções; X – Conscientização de sentimentos; XI – Firmeza; XII – Afeto.
- (C) I – Poder; II – Afetividade; III – Aptidão Cognitiva; IV – Intimidação; V – Compreensão; VI – Argumentação; VII – Dependência; VIII – Rejeição; IX – Emoções; X – Afeto; XI – Firmeza; XII – Conscientização de sentimentos.
- (D) I – Poder; II – Afetividade; III – Aptidão Cognitiva; IV – Intimidação; V – Argumentação; VI – Compreensão; VII – Dependência; VIII – Rejeição; IX – Emoções; X – Respeito; XI – Firmeza; XII – Afeto.
- (E) I – Poder; II – Afetividade; III – Aptidão Cognitiva; IV – Intimidação; V – Compreensão; VI – Argumentação; VII – Rejeição; VIII – Intimidação; IX – Emoções; X – Afeto; XI – Firmeza; XII – Conscientização de sentimentos.

26. O método de avaliação de desempenho que se baseia no fato de que no comportamento humano existem características extremas capazes de levar a resultados positivos ou negativos é denominado

- (A) misto.  
 (B) da escala gráfica contínua.  
 (C) da escala gráfica descontínua.  
 (D) da escolha forçada.  
 (E) do incidente crítico.

27. A determinação “cada entidade de Governo deve possuir um orçamento”, está contida no Princípio da

- (A) Unidade.  
 (B) Universalidade.  
 (C) Singularidade.  
 (D) Exclusividade.  
 (E) Competência.

28. Determinar a parcela do crédito adicional a ser reaberta no exercício de 2006 considerando os seguintes dados:

- I. O crédito especial foi aberto no mês de novembro de 2005.  
 II. Os valores contidos no Balanço Orçamentário abaixo.

Balanço Orçamentário (em R\$)							
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
Receita Corrente	40.000	47.500	7.500	Crédito Orçamentário	80.000	77.000	(3.000)
Receita de Capital	12.000	7.500	(4.500)	Crédito Especial	3.000	2.200	(800)
Soma	52.000	55.000	3.000	Soma	83.000	79.200	(3.800)
Déficit	31.000	24.200	(6.800)				
TOTAL	83.000	79.200	(3.800)	TOTAL	83.000	79.200	(3.800)

- (A) (R\$ 6.800)  
 (B) (R\$ 3.000)  
 (C) R\$ 3.800  
 (D) R\$ 3.000  
 (E) R\$ 800

29. Corresponde à atividade exercida pelo Controle da Execução Orçamentária:

- (A) Tem como único objetivo verificar o cumprimento da Lei do Orçamento, pelo Poder Legislativo, conforme disposto na Lei nº 4.320/64.
- (B) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária de forma prévia, concomitante e subsequente.
- (C) Permitir ao Ministério Público exigir a limitação de empenho quando, verificado que, ao final de um semestre, a realização da receita poderá não cumprir as metas de resultado primário estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais.
- (D) Determinar que o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- (E) Especificar quais as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida que podem ser objeto de limitação.

30. É INCORRETO o que se afirma em:

- (A) O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias conterà Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (C) A lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) A lei orçamentária poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual.
- (E) O Plano Plurianual, a lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual são instrumentos relativos ao processo orçamentário.

31. Assinale o valor máximo da despesa total com pessoal do Ministério Público da União permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando os valores fornecidos a seguir:

(valores em R\$)

Receita Corrente Líquida Federal	10.800.000
Receita Corrente Líquida Estadual	6.900.000
Receita Corrente Líquida Municipal	980.000

- (A) R\$ 648.000
- (B) R\$ 414.000
- (C) R\$ 64.800
- (D) R\$ 41.400
- (E) R\$ 5.880

32. De conformidade com o estabelecido pela Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que:

- (A) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (B) A despesa anulada no exercício reverte-se à dotação. A despesa anulada no exercício seguinte será considerada despesa extra-orçamentária do ano em que se efetivar.
- (C) Em hipótese alguma será dispensada a emissão da Nota de Empenho.
- (D) A dívida fluante compreende apenas os serviços da dívida a pagar, depósitos e restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- (E) O empenho da despesa pode exceder o limite de crédito concedido.

33. Sobre a responsabilidade civil do Estado, considere as afirmativas abaixo.

- I. A Constituição Federal de 1988 acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do servidor, pois assegurou o direito de regresso contra o agente causador nos casos de dolo ou culpa.
- II. Quando o evento danoso decorrer da conduta de agente de concessionária de serviço público, a responsabilidade será subjetiva.
- III. A responsabilização do Estado independe se o agente agiu no exercício de suas funções.
- IV. Será objetiva a responsabilidade na indenização de fato danoso causado por agente de sociedade de economia mista que preste serviço público.
- V. A Constituição Federal de 1988 acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do servidor, pois assegurou o direito de regresso contra o agente causador só nos casos de dolo.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, III e V.

34. Dentre os critérios de classificação dos atos administrativos, considere os seguintes conceitos: aqueles que contêm um comando geral visando a correta aplicação da lei; os que certificam, atentam ou declaram um fato; os que decorrem da vontade de um só órgão, mas a sua exeqüibilidade depende da confirmação de outro órgão superior; aqueles que decorrem da vontade de mais de um órgão. Esses conceitos referem-se, respectivamente, aos atos

- (A) ordinatórios, normativos, complexos e compostos.
- (B) enunciativos, normativos, compostos e complexos.
- (C) normativos, enunciativos, complexos e compostos.
- (D) ordinatórios, enunciativos, compostos e complexos.
- (E) normativos, enunciativos, compostos e complexos.

<p>35. No que diz respeito às licitações NÃO é correto o que se afirma em:</p> <p>(A) A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.</p> <p>(B) Conceitua-se licitação como um procedimento administrativo pelo qual a Administração Pública procura selecionar a proposta mais vantajosa para os interesses da coletividade.</p> <p>(C) O julgamento das propostas deve ser realizado com observância em critérios objetivos.</p> <p>(D) Terminada a licitação, a Administração deve contratar o vencedor, pois este passa a ter direito adquirido.</p> <p>(E) A Administração não pode contratar com terceiros que não aquele que venceu a licitação.</p>	<p>38. Em tema de livre associação profissional ou sindical, estabelece a Constituição Federal que</p> <p>(A) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito como suplente para cargo de direção, até dois anos após o início do mandato, ainda que venha a cometer falta grave.</p> <p>(B) a lei poderá exigir autorização do Estado ou do Município para a fundação de sindicato, permitida ao Poder Público a intervenção em casos especiais.</p> <p>(C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, salvo nos dissídios individuais.</p> <p>(D) o aposentado filiado tem direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.</p> <p>(E) todos são obrigados a filiar-se a sindicato, permitida a sua desfiliação apenas após doze meses da respectiva contribuição inicial.</p>
<p>36. Considere as seguintes proibições:</p> <p>I. Recusar fé a documentos públicos.</p> <p>II. Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.</p> <p>III. Proceder de forma desidiosa.</p> <p>IV. Praticar usura sob qualquer de suas formas.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.112/90, será aplicada ao servidor público a penalidade de demissão quando ocorrer a transgressão das proibições indicadas APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>39. Compete privativamente à União, dentre outros assuntos, legislar sobre</p> <p>(A) produção e consumo.</p> <p>(B) direito eleitoral e do trabalho.</p> <p>(C) previdência social, proteção e defesa da saúde.</p> <p>(D) educação, cultura, ensino e desporto.</p> <p>(E) juntas comerciais.</p>
<p>37. Lúcia, servidora do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, foi destituída de seu cargo em comissão por ter dilapidado o Patrimônio Nacional. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.112/90, Lúcia</p> <p>(A) não poderá retornar ao serviço público federal, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.</p> <p>(B) está incompatibilizada para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 5 anos.</p> <p>(C) está incompatibilizada para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 2 anos.</p> <p>(D) está incompatibilizada para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 8 anos.</p> <p>(E) poderá retornar ao serviço público federal, não havendo incompatibilização para nova investidura.</p>	<p>40. Nos termos da Constituição Federal, o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de</p> <p>(A) seis ou mais de sessenta e quatro Deputados.</p> <p>(B) quatro ou mais de sessenta Deputados.</p> <p>(C) oito ou mais de setenta Deputados.</p> <p>(D) dois ou mais de cinquenta e cinco Deputados.</p> <p>(E) dois ou mais de cinquenta Deputados.</p> <p>41. João é agente policial. José desempenha cargo de confiança do Executivo. Paulo pertence ao serviço eleitoral. Pedro é advogado militante na região. Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais, APENAS</p> <p>(A) Paulo.</p> <p>(B) Paulo e Pedro.</p> <p>(C) João e Paulo.</p> <p>(D) José e Pedro.</p> <p>(E) Pedro.</p>



<p>42. O Partido Político "X" formulou requerimento de registro do candidato Luiz, indicado na respectiva convenção, para o cargo de Deputado Estadual, mas este, 45 dias antes do pleito, veio a falecer. Nesse caso, o Partido Político</p> <p>(A) poderá substituir o candidato Luiz, desde que obedeça o critério de escolha previsto no estatuto do partido.</p> <p>(B) poderá substituir o candidato Luiz por qualquer outro filiado que preencha os demais requisitos legais para registro de candidatura.</p> <p>(C) não poderá substituir o candidato Luiz porque o falecimento ocorreu em prazo inferior a 60 dias antes do pleito.</p> <p>(D) só poderá substituir o candidato Luiz se o nome do substituto for aprovado em outra convenção partidária.</p> <p>(E) poderá substituir o candidato Luiz por outro filiado indicado na respectiva convenção partidária e que não tenha completado a documentação necessária em tempo de formular o pedido de registro.</p>	<p>45. A respeito da filiação partidária, é correto afirmar que</p> <p>(A) se considera deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias.</p> <p>(B) pode filiar-se a partido político o eleitor que não estiver no pleno gozo de seus direitos políticos, só não podendo candidatar-se a cargo eletivo.</p> <p>(C) para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos 6 meses antes da data fixada para as eleições.</p> <p>(D) é facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária inferiores aos previstos em lei, com vistas à candidaturas a cargos eletivos.</p> <p>(E) os prazos de filiação partidária fixados no estatuto do partido político, com vistas à candidatura a cargos eletivos, podem ser alterados no ano da eleição.</p>
<p>43. Em relação à coligação, é correto afirmar que</p> <p>(A) cada partido integrante da coligação será representado perante o Tribunal Regional Eleitoral por um único delegado por ele nomeado.</p> <p>(B) na chapa da coligação não poderão inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.</p> <p>(C) a coligação não funciona como partido político no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.</p> <p>(D) na propaganda para eleição majoritária, cada partido usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.</p> <p>(E) na propaganda para eleição proporcional, é obrigatória a utilização das legendas de todos os partidos que integram a coligação.</p>	<p>46. Quanto à prestação de contas em matéria eleitoral, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos.</p> <p>II. Se, ao final da campanha, após a prestação de contas, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deverá obrigatoriamente ser transferida, mediante doação, ao Fundo Partidário.</p> <p>III. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais poderão ser feitas pelos próprios candidatos.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>44. Do número de vagas que poderá registrar para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, cada Partido Político ou Coligação deverá ser</p> <p>(A) o mínimo de 20% e o máximo de 60% para candidaturas de cada sexo.</p> <p>(B) o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.</p> <p>(C) o mínimo de 10% para candidaturas do sexo feminino, sem limite máximo.</p> <p>(D) até 50% para as candidaturas de cada sexo.</p> <p>(E) o mínimo de 10% para candidaturas do sexo masculino, sem limite máximo.</p>	<p>47. Paulo transitava com seu veículo pela "Avenida Brasil", na cidade "Y" e foi buscar o seu filho na Escola Municipal "Dona Maria". No caminho passou defronte ao fórum da cidade e comarca "Y", vizinho de um terreno desocupado de propriedade da Prefeitura Municipal. De acordo com o Código Civil a "Avenida Brasil", a "Escola Municipal Dona Maria", o "Fórum da Comarca Y" e o "terreno desocupado", todos bens públicos, classificam-se, respectivamente, como</p> <p>(A) de uso comum do povo, dominical, dominical e dominical.</p> <p>(B) de uso comum do povo, uso especial, uso comum do povo e dominical.</p> <p>(C) de uso comum do povo, uso especial, uso especial e dominical.</p> <p>(D) de uso especial, uso especial, uso especial e uso comum do povo.</p> <p>(E) de uso comum do povo, dominical, dominical e uso especial.</p>

<p>48. De acordo com o Código Civil, cessará para o menor a incapacidade civil pela emancipação a partir dos dezesseis anos completos,</p> <p>(A) pela concessão de um dos pais, na falta do outro, mediante procedimento de jurisdição voluntária, até final homologação judicial.</p> <p>(B) pela concessão de ambos os pais, mediante instrumento público, devidamente homologado pelo juiz.</p> <p>(C) pela concessão de ambos os pais, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial.</p> <p>(D) por concessão do tutor, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.</p> <p>(E) por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor estiver sob o regime da tutela.</p>	<p>52. Dentre outros casos, NÃO haverá necessidade de citação de ambos os cônjuges para as ações</p> <p>(A) fundadas em dívidas contraídas pelo marido, a bem da família, em qualquer hipótese.</p> <p>(B) que tenham por objeto a extinção de ônus sobre imóveis de um dos cônjuges.</p> <p>(C) que versem sobre direitos reais imobiliários.</p> <p>(D) possessórias nos casos de composses.</p> <p>(E) resultantes de atos praticados por eles.</p>
<p>49. No que concerne aos contratos e suas disposições gerais, e de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:</p> <p>(A) o prazo para o adquirente reclamar pelos vícios redibitórios inicia-se a partir da entrega efetiva da coisa se o defeito não for oculto, ainda que haja cláusula de garantia.</p> <p>(B) o adquirente não pode demandar pela evicção se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.</p> <p>(C) deixa de ser obrigatória a proposta se houver retratação do proponente durante o prazo estipulado para aceitação da outra parte.</p> <p>(D) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.</p> <p>(E) nos contratos onerosos o alienante não responde pela evicção se a aquisição da coisa for realizada em hasta pública.</p>	<p>53. Considere os exemplos abaixo:</p> <p>I. Casar-se com pessoa cujo cônjuge foi declarado morto para os efeitos civis, mas estava vivo.</p> <p>II. Aplicar no ferimento do filho ácido corrosivo, supondo que está utilizado uma pomada.</p> <p>III. Matar pessoa gravemente enferma, a seu pedido, para livrá-la de mal incurável, supondo que a eutanásia é permitida.</p> <p>IV. Ingerir a gestante substância abortiva, supondo que estava tomando um calmante.</p> <p>Há erro de tipo nas situações indicadas APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>50. Paulo, pecuarista, contrata o advogado João para ajuizar ação de indenização, pelo rito ordinário, contra Pedro. No curso da lide, João resolve, por motivo de foro íntimo, renunciar ao mandato que lhe foi outorgado por Paulo, notificando regularmente o seu cliente e comunicando nos autos. Neste caso deverá o Juiz</p> <p>(A) suspender o processo, marcando prazo razoável para Paulo regularizar sua representação processual.</p> <p>(B) extinguir imediatamente o processo por falta de representação processual do autor da ação Paulo.</p> <p>(C) prosseguir normalmente a demanda até a prolação de sentença.</p> <p>(D) declarar a nulidade do processo e extingui-lo por incapacidade processual.</p> <p>(E) prosseguir normalmente a demanda, nomeando um advogado dativo para representar os interesses do autor Paulo.</p>	<p>54. João, ciente de que José pretende matar seu desafeto, empresta-lhe uma arma para esse fim. Consumado o homicídio, João será considerado</p> <p>(A) autor imediato.</p> <p>(B) partícipe.</p> <p>(C) co-autor.</p> <p>(D) autor mediato.</p> <p>(E) autor principal.</p>
<p>51. Em matéria processual civil, no que concerne ao instituto da assistência é correto afirmar que, dentre outras situações,</p> <p>(A) impugnado o pedido do assistente o juiz deverá decidir o incidente, sendo vedada a produção de provas.</p> <p>(B) ela só é admitida em primeira instância, em qualquer tipo de procedimento.</p> <p>(C) o pedido do assistente pode ser impugnado pelas partes no prazo de dez dias.</p> <p>(D) o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.</p> <p>(E) o assistente deve agir como auxiliar da parte assistida, mas não se sujeita aos mesmos ônus processuais que ela.</p>	<p>55. Dentre outros considera-se funcionário público, para os efeitos penais, o</p> <p>(A) inventariante judicial.</p> <p>(B) tutor dativo.</p> <p>(C) perito judicial.</p> <p>(D) curador dativo.</p> <p>(E) síndico falimentar.</p> <p>56. O inquérito policial, nos crimes de ação penal pública, será iniciado</p> <p>(A) apenas mediante requisição do Ministério Público, detentor da legitimidade exclusiva para a propositura da ação penal pública.</p> <p>(B) apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.</p> <p>(C) apenas mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p> <p>(D) apenas de ofício ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p> <p>(E) de ofício; mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p>

57. Nos crimes de Ação Penal Privada, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de
- (A) seis meses, contado do dia em que for praticado o último ato de execução da infração penal.
  - (B) seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
  - (C) seis meses, contado do dia em que for praticado o primeiro ato de execução da infração penal.
  - (D) doze meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
  - (E) doze meses, contado do dia em que for praticado o último ato de execução da infração penal.

58. Considere as afirmativas abaixo a respeito da competência, de acordo com as normas estabelecidas no Código de Processo Penal.

- I. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- II. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- III. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- IV. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, exceto quando conhecido o lugar da infração.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

59. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, em regra, a distribuição por prevenção, vigorante para as eleições municipais durante o período de processo eleitoral, e em obediência ao critério de antigüidade, tem início a partir do prazo determinado para

- (A) o respectivo registro dos candidatos às eleições, já previamente escolhidos nas convenções partidárias, cessando com o encerramento oficial da apuração dos votos.
- (B) a realização das convenções partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos às eleições, cessando com o encerramento oficial da apuração dos votos.
- (C) o respectivo registro dos candidatos às eleições, já previamente escolhidos nas convenções partidárias, cessando com o ato da diplomação dos eleitos.
- (D) a realização das convenções partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos às eleições, cessando com o ato da diplomação dos eleitos.
- (E) o respectivo registro dos candidatos às eleições, já previamente escolhidos nas convenções partidárias, cessando com a divulgação oficial nos órgãos de imprensa, do resultado das eleições.

60. Considere as afirmativas abaixo a respeito da distribuição dos processos e recursos no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, de acordo com o Regimento Interno.

- I. Os recursos serão distribuídos a um relator em vinte e quatro horas na ordem rigorosa de antigüidade dentre os respectivos membros.
- II. Feita a distribuição de recurso, a Secretaria do Tribunal abrirá vista dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral, que deverá emitir parecer no prazo de quinze dias.
- III. Nos casos de impedimento e suspensão do Relator, será o feito redistribuído pelo Presidente, não havendo necessidade de se fazer a devida compensação, por expressa disposição legal.
- IV. Ocorrendo afastamento temporário do Relator, os processos pendentes de julgamento, que lhe haviam sido distribuídos, passarão automaticamente ao seu sucessor ou substituto, conforme o caso.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

